

General diz que garimpeiros podem ter matado soldados

Chefe do Comando Militar do Amazonas afirma que brasileiros podem ter sido mortos em ato de vingança

RONALDO BRASILIENSE

BRASÍLIA — O general Antenor Santa Cruz de Abreu, chefe do Comando Militar da Amazônia (CMA), sediado em Manaus, admitiu ontem, pela primeira vez, que o ataque contra a guarnição do Exército brasileiro que montava guarda no Rio Traíra, há 17 dias, quando três soldados morreram e nove ficaram feridos, pode ter sido praticado por vingança de garimpeiros ou supostos guerrilheiros da Colômbia. "A versão de vingança pode até ser verdadeira, pois nós impedimos que eles (os garimpeiros colombianos) chegassem irregularmente ao nosso território", afirmou o general Santa Cruz de Abreu. "Mas posso garantir que o Exército, ao retirar os garimpeiros da área do Traíra, não usou de violência e nem submeteu os garimpeiros a maus tratos."

O comandante do CMA afirmou que em outubro, quando o Exército realizou a Operação Braço Forte no Rio Traíra para retirar garimpeiros colombianos que haviam invadido território brasileiro, houve reação armada. "Quando chegamos lá para retirar os garimpeiros fomos recebidos a tiros", contou o general Santa Cruz. Apesar da resistência inicial, os garimpeiros da Colômbia renderam-se ao aparato militar do Exército brasileiro. "Prendemos 92 garimpeiros e os entregamos às autoridades militares da Colômbia em La Pedrera e Leticia", disse.

REVOLTA

Na Operação Braço Forte os militares brasileiros apreenderam o ouro retirado pelos garimpeiros colombianos, que foi devolvido ao rio. Lideranças garimpeiras colombianas alegam, porém, que o Exército



Santa Cruz: "Impedimos que os garimpeiros chegassem ao País"

usou de violência na apreensão do ouro e na retirada dos garimpeiros — o que teria provocado revolta entre os presos que, no ataque à guarnição que impedia o acesso de novos garimpeiros ao Rio Traíra, teriam se vingado da ação violenta do Exército brasileiro. "É evidente que não podemos colocar garimpeiros em hotel cinco estrelas numa ação desse tipo", justificou o general Thaumaturgo Sotero Vaz, chefe do Estado Maior do CMA.

O general Sotero Vaz revelou que as Forças Armadas brasileiras só passaram a garantir a fronteira do Brasil com a Colômbia no Rio Traíra depois que a mineradora Paranapanema abriu mão dos direitos de lavra da área. "Só entramos nessa história como força armada porque a Paranapanema descobriu que não tinha maneira empresarial de explorar os garimpos do rio Traíra", afirmou Sotero Vaz. Com a saída da Paranapanema, um cabo e dois soldados da Polícia Militar do Amazonas ficaram montando

guarda no Rio Traíra, vivendo no antigo acampamento da mineradora, mas não resistiram às invasões de garimpeiros.

AUXÍLIO

"Os elementos da Polícia Militar tomaram tiros dos garimpeiros que invadiram o Traíra", afirmou o general Thaumaturgo Vaz. "Recebemos solicitação do comandante da Polícia Militar e do então governador do Amazonas, Amazonino Mendes, que pediram o auxílio do Exército pois reconheceram que não tinham condições de enfrentar a invasão garimpeira."

A região do Traíra, em junho de 1987, foi cenário de outras mortes: o delegado licenciado da polícia civil do Amazonas José Roldão, e mais dois garimpeiros, foram mortos por índios tucanos residentes em Pari-Cachoeira, nas proximidades da Cachoeira Jatuarana. Roldão tentava, usando o nome da polícia, controlar a produção de ouro do garimpo.

Exército descarta ação da guerrilha na área

INÁCIO MUZZI

TABATINGA — O coronel Evandro Pamplona Vaz, chefe do comando de Fronteiras do Solimões, afirmou ontem em entrevista a repórteres colombianos que o grupo responsável pelo ataque ao destacamento do Exército brasileiro no Rio Traíra, no dia 26 de fevereiro, era formado por bandidos. O Exército brasileiro, até ontem, sustentava que o ataque era obra de guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), versão contestada por militares colombianos.

No início da semana passada, um porta-voz da Farc negou, em Bogotá, que a organização esteja operando na fronteira com o Brasil. O porta-voz também negou o ataque aos soldados brasileiros. A Farc mantém negociações com o governo colombiano para depôr armas e ontem aceitou a realização de um encontro com representantes do governo na sede da Cruz Vermelha em Bogotá.

INVESTIGAÇÕES

Em Leticia, capital do departamento (Estado) do Amazonas, na Colômbia, a Guarda Nacional iniciou investigações para localizar o paradeiro de cinco garimpeiros da região, que desapareceram na semana passada durante uma viagem pelo Rio Traíra na área de atuação do Exército brasileiro.

O único vôo regular de Leti-

cia para La Pedrera, a cidade colombiana mais próxima da região conflagrada — que ocorre às terças-feiras — foi suspenso. As autoridades colombianas proibiram também o trânsito de pequenos aviões pela área. Era prevista para ontem a chegada de parte das forças colombianas — cerca de 120 homens — à região do Garimpito, onde está localizada a maior concentração de garimpeiros na zona do Rio Traíra, mas as duas Forças Armadas não divulgaram boletins sobre as operações.

CAMUFLAGEM

Durante a entrevista a jornalistas colombianos, concedida ao diário El Tiempo, à TV Intervisión e às rádios Caracol e RCN, o coronel Vaz negou que o Exército brasileiro tenha torturado quatro garimpeiros colombianos detidos no Rio Traíra na semana passada. Sobre os sete colombianos mortos por militares brasileiros, o coronel argumentou que eles foram abatidos porque transitavam pelo território nacional vestidos com fardas camufladas e portavam armas, entre as quais um fuzil Parafal roubado do destacamento atacado no dia 26.

O comando do Exército proibiu os oficiais brasileiros de falar com a imprensa em Tabatinga. O comando brasileiro teria cobrado um compromisso das autoridades militares colombianas de também não receberem os jornalistas.

Marinha envia embarcação para fronteira

BRASÍLIA — A Marinha brasileira envia na próxima semana para Vila Bittencourt, na fronteira do Brasil com a Colômbia, o navio de patrulha fluvial Raposo Tavares, com 52 metros de comprimento e heliporto a bordo, que ficará à disposição do comandante do 5º Batalhão Especial de Fronteira (BEF), tenente-coronel Evandro Pamplona Vaz. O navio será utilizado em missões de patrulha nos rios da divisa entre os dois países, impedindo o ingresso de garimpeiros colombianos em território nacional. "O Raposo Tavares ficará baseado em Vila Bittencourt e não realizará missões no Rio Traíra", afirmou o capitão de mar-e-guerra Ivan Pereira Areias, comandante da Flotilha do Amazonas, sediada em Manaus.

O navio, equipado com canhão, seguirá para Vila Bittencourt pelo Rio Japurá. Não existem condições de o navio patrulhar o Rio Traíra, que não é navegável para embarcações de grande porte e conta, em toda a sua extensão, com três cachoeiras. O helicóptero do navio será utilizado em missões de patrulhamento do Exército, ficando à disposição, também, do Pelotão Especial de Fronteira Japurá, implantado em Vila Bittencourt.

O Comando Militar da Amazônia havia anunciado em Tabatinga, na semana passada, que a Marinha faria missões de patrulhamento no Rio Traíra, que só permite navegação a pequenas embarcações e lanchas voadeiras (R.B.)